

**AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - AO SUBPROCURADOR GERAL DA
REPÚBLICA
AO PROCURADOR FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO SR. CARLOS
VILHENA**

Carta do povo indígena Kariri-Xocó

O povo indígena Kariri-Xocó, municípios de Porto Real do Colégio, Olho d'água grande e São Brás, Alagoas, a partir de seus representantes infra assinados, com população de cerca de 5000 indígenas, vem por meio deste solicitar o que segue.

Quanto ao território, há a necessidade urgente de homologação do território com data fixada, para também a finalização do levantamento fundiário e realização do pagamento das indenizações aos posseiros.

A não finalização da demarcação facilitou grande área de desmatamento para criação de gado, com utilização de venenos e agrotóxicos, queimada do capim, com a existência de posseiros em torno dos lugares sagrados, o que fragiliza a manutenção da cultura e tradições Kariri-Xocó para as futuras gerações. Cerca de 80% do território ainda encontra-se na posse de duas pessoas, dois posseiros com grandes fazendas.

Em relação à gestão territorial, solicitamos a implementação da gestão territorial via PNGATI, com projetos de desenvolvimento etnoambiental para áreas biodegradadas, proteção e revitalização das nascentes, das matas ciliares e reflorestamento de áreas desmatadas do bioma caatinga.

Formulação de protocolo de consulta do povo indígena Kariri-Xocó para que qualquer empreendimento e\ou política antes seja realizada a consulta prévia ao povo, conforme já foi dialogado com a APOINME, MPF e Coordenação da FUNAI.

Incidência com a Procuradoria especializada da FUNAI para diálogo com os magistrados da causa para andamento célere das ações judiciais;

Revogação e Arquivamento do Parecer 001\2017 da AGU

Incidência do MPF, da 6ª Câmara do MPF junto ao juiz e desembargadores das causas judiciais para maior andamento da demarcação territorial.

Assoreamento do Rio São Francisco, desmatamento das margens, resorts, construções nas margens do rio, construções irregulares, poluição com lixo, esgoto que deságua diretamente no rio, metais pesados, venenos, tudo chega na região do baixo São Francisco. Extração de petróleo pela Exxon-Mobil que já conseguiu a licença para o empreendimento. Embora houve representação no MPF de Sergipe por comunidades tradicionais, não surtiu efeito.

Ainda, nos deparamos com a informação da existência de mineração em nosso território, mineração das substâncias de granito, argila e quartzito, sem nenhum tipo de consulta prévia e\ou informação ao nosso povo.

Além disso, empreendimento com a duplicação da BR 101 ocasionou aumento da prostituição de crianças e adolescentes indígenas.

Quanto à saúde, solicitamos 1) que tenhamos uma equipe de saúde que corresponda à demanda populacional do povo Kariri-Xocó, que conta com cerca de 5000 indígenas, somos o povo mais populoso do estado de Alagoas, todavia a equipe que nos atende é diminuta, insuficiente para nossa realidade. Necessitamos de aumento da equipe para contemplar mais

profissionais médicos com especialização em pediatria, psiquiatria e também de psicólogos\as; 2) Em virtude da necessidade de ampliação da equipe de saúde, precisamos de uma reforma e ampliação nas estruturas do prédio, que não comporta nossa população e apresenta problemas no prédio, o qual é mal dividido, sem privacidade para as consultas psicológicas, sem privacidade para os atendimentos médicos; 3) há a necessidade de atualização do DIASI; 4) Realização de georreferenciamento para o atendimento da saúde do povo e constante atualização das demandas e informações; 5) Em relação ao sistema do SIASI, este está desatualizado com falta de informações sobre nossa população atual, com famílias que residem no território e não existem dentro do sistema, além disso o SIASI não inclusive sobre o tamanho de nossa população total, o que prejudica a execução das políticas de saúde, como estrutura, ampliação de equipe, já que essas se baseiam no próprio SIASI que está desatualizado, de forma que solicitamos sua melhora e atualização; 6) Quanto à saúde mental, infelizmente apresentamos o maior índice de ideais suicidas, tentativas e existência de suicídios no estado de Alagoas, que são estimuladas pela proximidade com a cidade, assim como o uso de drogas e alcoolismo. Ainda temos que boa parte da população depende de psicotrópicos, de medicamentos, ou seja, sofremos um processo de adoecimento coletivo que não é tratado ou encarado com seriedade para ir de encontro às causas. Assim, precisamos de uma política para fortalecimento da saúde mental para nosso povo; 7) Queremos a mudança da política geográfica de atendimento em saúde, não queremos mais que a questão geográfica interfira no atendimento à saúde, sendo necessário apenas ser indígena Kariri-Xocó, isto é, não queremos diferenciamento no atendimento entre indígenas aldeados e não aldeados e em contexto urbano. 8) Revisitar os convênios realizados pela SESAI, porque dinheiro público está sendo empenhado em alto valor, mas não com a qualidade necessária, de modo que solicitamos a verificação desses convênios, tanto de transporte, produtos de limpeza, realização de exames médicos (resultados de exames de rotina demoram meses para sair) etc; 9) Elaboração de critérios para valorização de profissionais indígenas nos processos seletivos, como por exemplo o conhecimento acerca de medicinais naturais e tradicionais, profissionais como rezadores e mesenheiros; 10) Promoção de uma política de parto natural no território indígena com estímulo e valorização das parteiras tradicionais; 11) Falta de insumos, EPIs, materiais para curativos e medicamentos;

Quanto à educação, 1) Retomada da autonomia do povo Kariri-Xocó sobre sua educação escolar indígena; 2) Retorno da Secretaria Escolar Indígena para o MEC; 3) Formalização da categoria de professores indígenas no estado de Alagoas; 4) Retorno dos territórios étnico-educacionais; 5) Fortalecimento da política de educação indígena junto à SEDUC de Alagoas; 6) Criação de nova escola indígena no território Kariri-Xocó, em vista de que a atual escola não dá conta da demanda populacional do povo, que encontra-se lotada nos três turnos, com necessidade de aulas no pátio por falta de espaço.

Brasília, 28 de março de 2023.

Ivanildo dos Santos

Anderson de Farias Souza

Antônio Matias da Silva

Demétrio Matias Pontes

Carlos Roberto Saira

Maria Gabriela da Silva Pinheiro

José Edenilton Tinga da Silva